e-ISSN: 2177-8183

POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DOS TREMEMBÉ CEARENSES

LANGUAGE POLICY FOR INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION OF THE TREMEMBÉ PEOPLE OF CEARÁ

POLÍTICA LINGÜÍSTICA PARA LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA DEL PUEBLO TREMEMBÉ DE CEARÁ

Rafaela Silvestre de Castro
rafaelasilvestre720@gmail.com
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab)

Ana Marcela Sousa Bittencourt
anamarcelabittencourt@hotmail.com
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab)

Ana Paula Rabelo
anarabelo.p@unilab.edu.br
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab)

RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar as políticas linguísticas construídas para a educação do povo Tremembé da Barra do Mundaú, do município de Itapipoca - Ceará. Também são objetivos dessa pesquisa, identificar uso de línguas indígenas e analisar as narrativas autobiográficas de um tronco velho e de uma professora indígena, que tratam sobre a relação entre história, cultura e linguagem. A metodologia exploratória, de caráter qualitativo, é um estudo de campo que analisa questões de políticas linguísticas para os povos indígenas, tais como a recuperação de vocabulário e o uso de línguas. O resultado das investigações aponta para o reconhecimento da relevância do papel da política linguística na resistência das práticas tradicionais e culturais no espaço escolar. Faz-se necessário estudos sobre políticas linguísticas declaradas e não declaradas os povos indígenas para enfatizar a ausência ou a precariedade de políticas em torno da preservação e revitalização das línguas dos povos originários.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Políticas Educacionais. Línguas Indígenas. Povo Tremembé.

e-ISSN: 2177-8183

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the language policies developed for the education of the Tremembé people of Barra do Mundaú, in the municipality of Itapipoca, Ceará. Other objectives include identifying the use of Indigenous languages and analyzing the autobiographical narratives of an old trunk and an Indigenous teacher, which address the relationship between history, culture, and language. The exploratory, qualitative methodology is a field study that analyzes language policy issues for Indigenous peoples, such as vocabulary recovery and language use. The results of the investigation point to the recognition of the relevance of language policy in the resistance of traditional and cultural practices in the school environment. Studies on declared and undeclared language policies for Indigenous peoples are necessary to highlight the absence or precariousness of policies surrounding the preservation and revitalization of the languages of Indigenous peoples.

Keywords: Language Policies. Educational Policies. Indigenous Languages. Tremembé People.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar las políticas lingüísticas elaboradas para la educación del pueblo Tremembé de Barra do Mundaú, en el municipio de Itapipoca (Ceará). Otros objetivos de esta investigación son identificar el uso de lenguas indígenas y analizar las narrativas autobiográficas de un anciano y una profesora indígenas, que tratan sobre la relación entre historia, cultura y lengua. La metodología exploratoria, de carácter cualitativo, es un estudio de campo que analiza cuestiones de políticas lingüísticas para los pueblos indígenas, tales como la recuperación del vocabulario y el uso de las lenguas. El resultado de las investigaciones apunta al reconocimiento de la relevancia del papel de la política lingüística en la resistencia de las prácticas tradicionales y culturales en el espacio escolar. Es necesario realizar estudios sobre las políticas lingüísticas declaradas y no declaradas de los pueblos indígenas para enfatizar la ausencia o la precariedad de las políticas en torno a la preservación y revitalización de las lenguas de los pueblos originarios.

Palabras clave: Políticas lingüísticas. Políticas educativas. Lenguas indígenas. Pueblo Tremembé.

e-ISSN: 2177-8183

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), existiam, entre 2010 e 2022, 391 etnias indígenas localizados nas diversas regiões brasileiras, com indicação de 295 línguas indígenas faladas no país, considerando suas peculiaridades e variações dialéticas. Vale ressaltar, contudo, que eram mais de mil línguas nativas existentes no território brasileiro e que, devido ao contexto histórico marcado pela violência aos povos originários e à pressão para o uso de línguas dominantes (BOURDIEU, 1977 *apud* CRUZ, 1991), os costumes culturais e linguísticos foram desaparecendo ao longo dos séculos pós colonização, e ainda corre o risco de apagamento total de línguas indígenas. No estado do Ceará, existem 15 povos originários reconhecidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), os quais, segundo critérios linguísticos, falam o português (brasileiro), visto que historicamente perderam suas línguas étnicas.

Entre os povos indígenas do Ceará, está o povo Tremembé que se distribui em três municípios: Itarema, Almofala e Itapipoca. Os Tremembé pertenciam a uma família linguística específica no período colonial. De acordo com Nimuendaju (1981), não foi possível classificá-la no quadro das línguas ameríndias elaborado pelo autor, mas para Seraine (1955, *apud* GOMES, 2011), mesmo que não fosse o Tupi, a maioria dos vocábulos das cantigas de Torém entoadas por eles teria origem Tupi, porém, ainda assim, há bastante incerteza quanto a origem no aspecto linguístico.

Diante desse contexto, este trabalho exploratório, de caráter qualitativo, propõe-se a abordar as questões de políticas linguísticas contemporâneas, tais como a recuperação de vocabulário, baseada em pesquisa de textos, artigos e livros que contenham dados linguísticos sobre o território originário, a cultura e a história dos povos indígenas do estado do Ceará e que influenciam na atual organização social, e reconstrução histórico-cultural, sobretudo do povo Tremembé, da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, localizada no município de Itapipoca, litoral oeste do Estado do Ceará. Esse processo é fundamental para a valorização

CC BY

e preservação das tradições do povo Tremembé que se utiliza de muitas palavras do Tupi no seu cotidiano, tais como Tupã (criador), Cunhã Porã (mulher), Curumim (criança), entre outros.

Devido ao contexto histórico do país marcado pela negação das línguas nativas e pela desigualdade étnico-social, a Política Linguística Nacional[1] - Constituição Federal, (1988); Lei de Diretrizes e Base, (1996); Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais (1999) -, conectada com as especificidades de cada estado, tem um papel desafiador de elaborar projetos que promovam a inclusão de políticas específicas, a partir das diversidades sociolinguísticas, sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais de cada região. Além disso, segundo Calvet (2007), qualquer grupo social – pelo direito à participação democrática - pode ter a iniciativa de criar suas próprias políticas linguísticas, mesmo que o Estado tenha o poder de planejar as políticas educacionais e linguísticas Como exemplo, a comunidade Tremembé realizou esse movimento ao usar palavras Tupi para nomear a creche- Centro Educacional Indígena Curumim Cunhatã, com a aprovação do Estado.

Com a necessidade do avanço de políticas linguísticas que valorizasse as práticas culturais dos povos Indígenas, foi promulgada a partir da Constituição Federal, de 1998, no artigo 210, uma política linguística que garante o uso das línguas maternas e as práticas educacionais próprias de cada comunidade, assegurando que cada escola indígena seja diferenciada e intercultural. Diante disso, é fundamental destacar que a implementação de disciplinas interdisciplinares para o povo Tremembé é crucial para assegurar um ensino que valorize suas práticas ancestrais, o seu modo de vida e a preservação da identidade e do vocabulário Tremembé, respeitando e integrando suas perspectivas de mundo.

[1] São considerados também Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), ratificada pelo Brasil via Decreto nº 5.051/2004, e a Lei nº 11.645/2008 e os decretos: Decreto nº 26/1991, Decreto nº 6.861/2009, Decreto nº 7.387/2010 (INDL).

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Também são objetivos dessa pesquisa, identificar uso de línguas indígenas e analisar as narrativas autobiográficas de um tronco velho e de uma professora indígena, que tratam sobre a relação entre história, cultura e linguagem e principalmente reconhecer o papel da política linguística na resistência das práticas tradicionais e culturais do povo Tremembé da Barra do Mundaú, do município de Itapipoca - CE, considerando, sobretudo, a importância da interdisciplinaridade no ensino implementado na Escola Indígena Brolhos da Terra, referenciando o uso de vocabulário Tupi, em sua prática pedagógica o que implica concepções de mundo e modos de organização social, cultural, política, econômica e religiosa próprias dos povos indígenas.

Na cultura indígena, há uma valorização da ancestralidade na forma metafórica do respeito à natureza, é assim que os idosos, que trazem a cultura e os saberes orais de todo um povo, são chamados de “tronco velho”, o principal tronco de uma grande árvore, por onde irão crescer galhos que acolherão flores e frutos, que proporcionarão as sementes para as novas gerações. Ele não é só o saber ancestral, mas é um pilar para o futuro. É por maio da memória deles que as palavras, músicas e orações podem ser resgatadas.

Até o momento, existem poucos trabalhos publicados ou estudos escritos sobre línguas indígenas dos povos do Ceará e é por isso que o tema deste artigo é de fundamental importância para o avanço de políticas linguísticas dentro do território, além de reconhecer a história de resistência do povo Tremembé, para promover reflexões referentes às políticas públicas na promoção de políticas específicas que favoreçam suas práticas culturais e linguística.

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

A Política Linguística teve seu surgimento no século XX, como um campo formal de estudo e prática. Desde então, essa área tem se desenvolvido significativamente em seu campo complexo, na qual alguns pesquisadores/as brasileiros abordam

temáticas de educação bilíngue intercultural (ALMEIDA, 2013), estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil (CAVALCANTI, 1999), assim como tratam de políticas de língua e educação escolar indígena no Brasil (CUNHA, 2008), dentre outros.

Calvet (2007) define que a política linguística é a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, e o planejamento linguístico é um conjunto de ações que engloba, em parte, as práticas linguísticas em um determinado contexto social. De acordo com Rajagopalan (2013), a política linguística é uma arte que promove reflexões estratégicas e a tomada de decisões de interesses públicos, em torno de línguas específicas que sejam relativas dentro de uma comunidade ou de um país. Isso pode incluir medidas para promover ou proteger determinadas línguas, regulamentar seu uso em contextos oficiais ou públicos. É importante ressaltar que a política linguística se refere ao campo da política que regula o uso das línguas e está presente de forma ativa e significativa nas formas de manifestação da língua, em diferentes esferas da sociedade, influenciando diversos aspectos da vida social, cultural e administrativa.

A política linguística do estado brasileiro é uma área que abrange um conjunto de ações e diretrizes relacionadas ao uso, ensino e promoção das línguas no Brasil. Devido à sua diversidade cultural e étnica, o Brasil possui uma política linguística que busca lidar com o multilinguismo do país, que inclui o português como língua oficial e as variedades das línguas indígenas, quilombolas e de outras línguas étnicas.

Uma língua, segundo Lagares (2018, p. 62), “é oficializada quando do ponto de vista jurídico é considerada adequada para ser usada em todas as atividades políticas e administrativas de um país”. Ou seja, é a língua que é utilizada nas instruções das escolas, nos contextos públicos em relação a todos os processos que fazem parte das funções do governo. Uma discussão necessária, contudo, é a da reparação histórica dos povos indígenas, devido ao apagamento de suas línguas no processo de colonização, com, dentre outros fatores, um ensino monolingue. Assim,

“A cooficialização das línguas indígenas surge como uma medida de reparação e valorização desse patrimônio linguístico e cultural. O Estado Brasileiro possui o que os historiadores chamam de dever de memória aos povos originários” (BRASIL, 2024). Segundo a Cartilha de Cooficialização das Língua Indígenas (BRASIL, 2024, p. 10), o Brasil tem 37 línguas indígenas cooficializadas, o gesto aponta para um ato de “preservação, manutenção, vitalização, revitalização e retomada das línguas indígenas, contribuindo para o fortalecimento das identidades culturais e da dignidade linguística dos povos originários”.

Para Lagares (2018), a função educacional da língua está relacionada ao uso de uma língua que serve como meio de instrução no sistema escolar. Assim como função social, a língua como disciplina escolar está atrelada tanto ao idioma de instrução quanto ao idioma ensinado. As decisões sobre qual língua utilizar no currículo escolar não são apenas questões linguísticas, mas refletem a dinâmica de poder político, econômico e cultural. No Brasil, a língua portuguesa é o idioma que se estabelece no sistema educacional destinado, segundo Lagares (2018), ao domínio da norma padrão, à prática escrita de determinados gêneros do discurso, acadêmicos e formais. Com a necessidade de leis que garantem o bilinguismo nas escolas indígenas que valorize e fortaleça as línguas indígenas, foi promulgado a Constituição Federal de 1988 e a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) asseguram o direito a uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária.

Essas funções sociais implicam em políticas linguísticas declaradas e não declaradas, tendo em vista que ambas têm um impacto significativo sobre a dinâmica linguística de uma sociedade. Spolsky (2009) define que as políticas linguísticas declaradas englobam ações de grupos, visando gerir a língua através do uso de uma autoridade, instância ou instituição, para mudar as práticas, através de leis, diretrizes, decretos, e outros documentos. Nesse sentido, entendemos que as políticas não declaradas são aquelas que são executadas nas comunidades que não precisam de legislação para serem executadas. Como exemplo, o uso da língua

e-ISSN: 2177-8183

Tupi nas práticas ritualísticas e educacional no território Tremembé da Barra, em que a comunidade busca valorizar o uso do vocabulário preservado por meios de cânticos, orações, que se fazem presentes nas práticas e vivências culturais do povo.

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

As políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil são essenciais para a preservação e fortalecimento das línguas indígenas e para a defesa de culturas associadas a elas. Essas políticas linguísticas representam uma luta contínua por reconhecimento e visibilidade. Por isso, precisam ocupar espaços físicos e espirituais. O histórico do país é marcado por um apagamento linguístico e cultural de todo o repertório linguístico dos povos originários, causando uma grande vulnerabilidade na manutenção dos acervos vivos e mortos das línguas (AFONSO, 2014), o que explicaria a ameaça de seus desaparecimentos. Mesmo com todo processo doloroso da colonização, os povos indígenas tentam fazer o resgate dessas línguas; contudo, esse processo tem ocorrido de forma tardia e ainda é insuficiente para mantê-las vivas.

A tentativa de genocídio linguístico[2] aos povos indígenas pode ser marcada legalmente através do Diretório dos índios, uma lei promulgada em 1755 por Marquês de Pombal, onde o objetivo era impor a língua portuguesa e contrapor as línguas nativas. Esse diretório pode ser considerado a primeira política declarada, como afirma Afonso (2014). As políticas linguísticas e as leis vigentes na contemporaneidade são resultadas das lutas dos povos indígenas, e apesar do seu avanço em dar voz ao movimento, o Estado ainda não oferece suporte necessário

[2] A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (Declaração de Barcelona), de 1996, é um documento que, detalhadamente, trata dos direitos linguísticos coletivos e individuais. Há esforços legais internacionais para evitar o genocídio de línguas e de culturas.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

para que essas medidas ocorram de forma efetiva e concreta, atendendo e respeitando a especificidade de cada povo.

Após intensa articulação política, o movimento indígena se fortaleceu e começou a exigir do governo brasileiro a implementação de políticas públicas que promovessem a valorização, o desenvolvimento e o reconhecimento étnico, além do resgate de línguas étnicas, memórias e do respeito à diversidade cultural. As políticas linguísticas estão entre essas políticas públicas e como fruto dessa luta e mobilização dos povos indígenas, uma das ações tomadas após a promulgação da Constituição Federal (1988) foi a implementação de escolas indígenas com ensino diferenciado, visando apoiar a educação e o fortalecimento cultural das comunidades indígenas (BITTENCOURT *et al.*, 2022). Pode-se destacar a promulgação da CF/1988, como um marco histórico, essencial e determinante para a construção dessas políticas que resguardam o direito à pluralidade desses povos, servindo como base para todas os desdobramentos nacionais de incentivo a essas comunidades. Outro marco importante nesse processo foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que reforçou o papel das escolas indígenas, bilíngues e interculturais, incentivando o ensino de L1.

O grande marco para o reconhecimento das línguas indígenas, outrora faladas no Ceará, é o estudo que está sendo realizado pelos próprios indígenas que hoje são estudantes de variados cursos universitários, principalmente de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, ofertadas na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab). Políticas públicas dessa natureza permitem a troca de informações e o resgate de dados das línguas usadas pelos povos de toda a região do Ceará como o quadro que construímos a seguir:

Quadro 1— Dados linguísticos das línguas indígenas do Ceará

ETNIA	MUNICÍPIO	FAMÍLIA LINGUÍSTICA AUTODECLARA	USO

REVASF, Petrolina- Pernambuco - Brasil, vol. 15, n.37
Agosto - Dezembro, 2025
ISSN: 2177-8183

e-ISSN: 2177-8183

		DA	
Tremembé	Itapipoca	Família desconhecida, mas utilizam palavras da família Tupi	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tremembé	Acaraú	Utilizam palavras da família Tupi e macrogê	Palavras usadas nos rituais
Tremembé	Itarema	Utilizam palavras da família Tupi e macrogê	Palavras usadas nos rituais
Pitaguary	Pacatuba	Tupi	Palavras usadas nos rituais
Pitaguary	Maracanaú	Tupi	Palavras usadas nos rituais
Jenipapo-Kanindé	Aquiraz	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tapeba	Caucaia	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas nos rituais
Anacé	Caucaia	Kiriri	Não se faz o uso frequente da língua
Potiguara	Crateús	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Potiguara	Monsenhor Tabosa	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Potiguara	Novo oriente	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Potiguara	Tamboril	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Potiguara	Boa Viagem	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tupinambá	Crateús	Tupi	Não se faz o uso frequente da língua
Gavião	Monsenhor Tabosa	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tubiba- Tapuya	Monsenhor Tabosa	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Tubiba- Tapuya	Boa Viagem	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Kanindé	Canindé	Não reconhecida	Palavras usadas nos rituais
Kanindé	Aratuba	Não reconhecida	Palavras usadas nos rituais
Karão Jaguaribaras	Aratuba	Ybutritê/ Itaná/ Itanhá	Palavras usadas nos rituais e presente no cotidiano
Kalabaça	Crateús	Tupi	Palavras usadas nos rituais
Kalabaça	Poranga	Tupi	Palavras usadas nos rituais
Tapuya- Kariri	São Benedito	Tronco Macro-jê	Não usada
Tabajara	Quiterianópolis	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tabajara	Tamboril	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tabajara	Crateús	Língua não nomeada	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tabajara	Monsenhor Tabosa	Tupi-Nheengatu	Palavras usadas na escola e nos rituais
Tabajara	Poranga	Não reconhecida	Palavras usadas nos rituais
Kariri	Crato, Crateús, Juazeiro do Norte, Brejo Santo	Dzubukuá-Kipéa	Palavras usadas na escola e nos rituais

Fonte: Elaborado pelas autoras, por meio sistematização de dados de questionário enviado às comunidades do Ceará.

Durante a produção desta pesquisa, foi identificado o uso de vocabulário indígena prioritariamente em ambiente escolar. Disto, surgiu a necessidade de fazer um levantamento de uso de línguas dos povos indígenas do Ceará. Os dados obtidos foram coletados por meio de formulário do *Google Forms*, realizado no

e-ISSN: 2177-8183

período de 08 a 03 de novembro, com envio para as redes sociais de *WhatsApp* e Instagram das diferentes comunidades citadas. Verifica-se que as atribuições são feitas pelas próprias comunidades e reforçando o conceito de planejamento linguístico para fortalecer e ressignificar características socioculturais de um povo.

No Quadro 1, estão descritas quatro situações de uso das línguas. Para explicar, apresentamos um novo quadro descrevendo os diferentes contextos em que as comunidades podem estar inseridas.

Quadro 2 — Descrição dos contextos de uso das línguas indígenas do Ceará

Situação das tabelas	Descrição da situação
Reconhecida e usada	São línguas que a comunidade reconhece e usa na forma de cantigas, orações ou de palavras isoladas, sabendo a origem e/ou nome da língua, pois foram guardas por meio de arquivos, registros orais e escritos.
Reconhecida e não usada. (A maioria dos povos do Ceará se enquadram aqui, outros são não reconhecida e não usadas)	São línguas que a comunidade reconhece historicamente, sabe o nome, tem certo acervo lexical, algumas expressões idiomáticas ou trechos de canções, mas não faz o uso da língua. Não guardam acervo oral, mas procuram guardar acervos escritos do que ainda resta da língua.
Língua não reconhecida e usada	São línguas que a comunidade não reconhece o nome, mas se faz presente durante os rituais do povo, com manifestações orais, através de cânticos.
Língua não reconhecida e não usada	Ocorre em situações em que os povos não conseguem resgatar as línguas originais do seu povo, sendo utilizado a língua portuguesa brasileira, numa situação de completo apagamento linguístico.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os povos Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Gavião, Potiguara, Tupiba-Tapuya, Tabajara e Kariri são povos que reconhecem a língua e usam em situações específicas como em rituais e no ambiente escolar, mas não recuperaram o uso da

CC BY

língua nas atividades sociais da comunidade. Mesmo assim, classificamos esses povos como de línguas reconhecidas e usadas. O povo Tapuya-Kariri é o único povo que teve o apagamento completo de sua língua, segundo registro do questionário. Os demais povos se enquadram num nível de reconhecimento, mas uso apenas do vocabulário e de orações e (trechos de) cantigas, sendo classificados como de reconhecimento da língua, mas uso restrito.

Com a realização dessa pesquisa, podemos analisar que as línguas indígenas do estado do Ceará são autodeclaradas, porque as comunidades fazem o uso apenas de algumas palavras e expressões em canções e rezas e os estudos históricos levantam algumas dúvidas quanto a origem de algumas línguas. Apesar da imposição da língua portuguesa e da desvalorização e invisibilização das línguas originárias, os povos conseguiram preservar uma parte desse patrimônio cultural imaterial, e hoje buscam maneiras de promover políticas linguísticas que garantam a preservação e a revitalização de suas línguas.

A criação de escolas indígenas busca garantir que as línguas nativas sejam preservadas e transmitidas às futuras gerações. Uma medida essencial para manter viva a memória linguística dessas comunidades é fazer os registros de documentação de gramáticas, dicionários e materiais didáticos. As políticas públicas educacionais das duas últimas décadas avançaram significativamente no sentido de possibilitar a implementação de escolas indígenas com ensino de sua cultura e de sua língua, mas ainda sem uma política linguística bem definida.

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O POVO TREMEMBÉ DA BARRA: UM RESGATE DA HISTÓRIA DA LÍNGUA POR MEIO DE UMA HISTÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

O povo Tremembé, assim como todos os outros povos indígenas do Brasil, vivenciou processos dolorosos de violência, silenciamento, agressão cultural e apagamento de línguas. Alguns povos conseguiram resistir à dominação colonial,

e-ISSN: 2177-8183

por meio de conflitos, evasão de seus territórios, ou pela preservação de suas tradições, costumes e práticas espirituais.

Para analisar esse processo de colonização na Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, situada no litoral oeste do estado do Ceará, município de Itapipoca- CE, coletamos dados de entrevistas gravadas com uma professora e um tronco velho do território, em que relataram as vivências e costumes repassadas pelos antepassados e o uso de palavras da língua Tupi no contexto atual. A entrevista foi realizada na comunidade com perguntas mediadas por conversas referentes ao processo de resistência do povo e da perda da Língua Indígena.

[Entrevista do tronco velho Caicó— Trecho 1— história]

"Antes da invasão dos portugueses, os nativos eles falavam só entre si e eles se entendiam com gestos com o olhar, se alimentavu de caça e da pesca. Com a chegada dos portugueses aí eles foru aobrigado a trabalhar em troca de roupa e calçado. Eles era um povo muito rezador, eles viviu da pesca e da cultura, da reza e da medicina tradicional. Aí os portugueses trouxeru médicos e os padres pra poder ensinar a língua portuguesa, então todo mundo depois do trabalho tinha uma hora pra ouvir o sacerdote, já que ele vinha da cidade e ai ele tinha outro olhar pra cultura diferenciado. Então eles foru mudando o jeito do povo viver e aí foru esquecendo o linguajar legítimo e deixando a cultura."

Diante do relato, pode-se perceber o impacto da colonização em diversos contextos cultural dentro do território Tremembé, sobretudo no uso de sua língua nativa. Os povos Indígenas, principalmente os povos que habitavam o litoral do Nordeste, foram os primeiros povos a serem dizimados, tendo impactos diretamente com suas culturas, as práticas ritualísticas, os modos de vida e uso de suas línguas.

[entrevista da professora Cunha Porã - trecho 1 - origem do nome Tremembé]

"Segundo os nosso troncos velhos, a origem do nome Tremembé vem do Tremedal, porque quando os portugueses chegaram aí no mar, inclusive nos da Barra do Mundaú, eles entrava aqui no rio, deixavam seus grandes navios na pancada do mar e vinham nas outra embarcação, e aí quando ele chegaram, o nosso povo pra escapar deles, não queriam ser escravizados, houve essa grande guerra e também houve guerra com outros povos indígenas também que aqui quiseram habitar este lugar, e aí os Tremembé que aqui já tavam, o refúgio deles eram nos tremedal, por que os tremedal tem essa vegetação todinha verde, se chegar em cima ele balança embaixo, porque em cima é tabuleiro e embaixo tem a água, da chibatada que eles vinham, os eles semetiam no buraco e ficavam lá e quem não sabiam morriam tudin, e eles sabiam entrava no canto e saia lá no outro e sabiam sobreviver e foi assim que escaparam e hoje nós estamos contando a história, porque os que sobreviveram, nós hoje somos as suas raízes".

e-ISSN: 2177-8183

No Trecho 1, a entrevista com a professora Cunha Porã relata a história que é repassada por gerações referente a origem do nome Tremembé, em que carrega esse trajeto de resistência, os modelos e as estratégias de fuga para a sobrevivência do povo.

Outro modo de manter a cultura e as práticas espirituais do povo Tremembé era a forma de cultuar seus ritos na mata de forma sigilosa. Isso se dava pelo fato da realidade vivida na época.

[entrevista do tronco velho Caicó - trecho 2 - Torém]

"O povo dançava na mata e ficava um em cima atrepado no pé de torém mais alto que tinha, olhando se vinha posseiros em direção daquela aldeia e os outros iam fazer o ritual, dançar ao redor do torém, por isso botaram o nome de Torém".

Figura 1— imagens do ritual Torém



Fonte: registrado por pesquisadoras.

Ô teté guirá ô pendê, matararinguê ô mim vê matiraringuê morecê ô batiputá matirá, vê manguê ô ê, ô ê, vê manguê ô ê, ô á.[3] (Cântico do povo tremembé na língua indígena).

O Ritual Sagrado Torém do povo Tremembé, é uma dança ritualística em saudação a natureza, é praticada em todos os momentos no território como forma de fortalecimento físico e espiritual, também é considerado uma arma de proteção

[3] Tradução: O teteu gritou avisando ao me ver entrando na mata, entrando na mata para apanhar o murici e batiputá, eu gritei ô ê, ô ê, e gritei ô ê, ô á.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

e defesa na resistência da luta do povo Tremembé, por ser uma forma de se conectar com Pai-Tupã e toda a encantaria.

O processo de reconhecimento do povo Tremembé da Barra do Mundaú teve início em 2002. Foram realizados processos de identificação do território como terra indígena, e desde então, através da luta obtiveram diversas conquistas, e hoje o território se encontra homologado com extensão territorial de 3.580 hectares. Outro marco para a luta foi a construção do prédio escolar da Escola Indígena Brolhos da Terra, em 2010, que possibilitou o povo Tremembé a ter um espaço educacional adequado e estruturado, assim potencializando a educação diferenciada voltada para a Cultura indígena Tremembé através de disciplinas diversificadas e interdisciplinares na grade curricular.

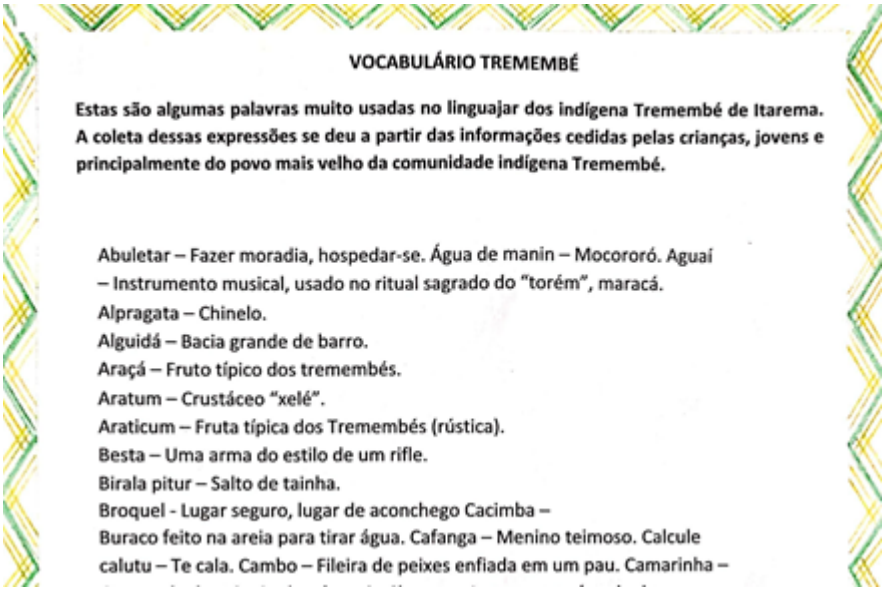
[entrevista da professora Cunha Porã - trecho 2 - Ensino]

"A nossa escola trabalha os artesanatos, as danças, músicas, as festividades da cultura nossa local e as culturas dos outros povos, através de vídeo, de leituras e aí a gente traz pra nossa realidade. Além do resgate das brincadeiras de antigamente, as modalidades indígenas. A disciplina de espiritualidade indígena a gente trabalha a conexão com a nossa ancestralidade, as questões dos sonhos, das visões, dos cânticos, das rezas, a gente leva os alunos na casa dos idosos, onde eles vão fazer as pesquisas pra saber como é a questão da espiritualidade. Aqui no território os idosos trabalha com a espiritualidade, as conexões e incorporação dos encantados. A gente também trabalha a nossa história Tremembé, os avanços, as dificuldades, faz a linha do tempo e a retrospectiva".

Apesar do avanço da implementação de disciplinas diversificadas na Escola Indígena Brolhos da Terra, como Espiritualidade Indígena, Cultura Indígena, Expressão Corporal e Ensino religioso, ainda não existe uma disciplina voltadas especificamente para as línguas indígena, porém, a Escola Indígena Brolhos da Terra implementa o uso de vocabulário de palavras no Tupi nas disciplinas diversificadas.

Figura 2— Vocabulário Tremembé ensinado na Escola Indígena Brolhos da Terra

e-ISSN: 2177-8183



VOCABULÁRIO TREMEMBÉ

Estas são algumas palavras muito usadas no linguajar dos indígena Tremembé de Itarema. A coleta dessas expressões se deu a partir das informações cedidas pelas crianças, jovens e principalmente do povo mais velho da comunidade indígena Tremembé.

Abuletar – Fazer moradia, hospedar-se. Água de manin – Mocororó. Aguaí – Instrumento musical, usado no ritual sagrado do "torém", maracá.
Alpragata – Chinelo.
Alguidá – Bacia grande de barro.
Araçá – Fruto típico dos tremembés.
Aratum – Crustáceo "xelé".
Araticum – Fruta típica dos Tremembés (rústica).
Besta – Uma arma do estilo de um rifle.
Birala pitur – Salto de tainha.
Broquel - Lugar seguro, lugar de aconchego Cacimba –
Buraco feito na areia para tirar água. Cafanga – Menino teimoso. Calcule
calutu – Te cala. Cambo – Fileira de peixes enfiada em um pau. Camarinha –

Fonte: Fragmento do documento disponível em http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CulturaPovosIndigenas/ComunidadesIndigenas/Povo%20Trememb%C3%A9/Glossario%20dos%20Tremembe.pdf

Esse vocabulário feito pelo povo Tremembé de Itarema, inserido na Escola Indígena Brolhos da Terra, mostra como o regionalismo está arraigado na cultura indígena. Nesse caso, nem todas as palavras são de origem Tupi. Diante disso reafirmamos a importância de avanço na implementação de políticas linguísticas declaradas para construção/criação de vocabulários próprios que representam modos de vida, organização social e rituais indígenas da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES

As políticas linguísticas para o povo Tremembé da Barra do Mundaú nos mostram que quando se trata de línguas e políticas indígenas, sobretudo no estado do Ceará, temos muita dificuldade em obter dados, pois há uma grande escassez

de estudos e informações referente a este assunto. No entanto, também identificamos que todas as políticas voltadas para a valorização cultural e linguísticas dos povos originários deste país, sendo elas declaradas ou não, são essenciais para o fortalecimento da identidade do povo, apesar de que as políticas públicas linguísticas ainda não são tão eficazes como deveriam.

As estratégias de resistência de cada povo e mesmo as estratégias dos povos indígenas do Ceará de forma organizada e sistematizada não são suficientes para recuperar a história e a força do uso das línguas indígenas no meio social, pois há vários fatores que ao longo da história contribuíram para o apagamento dessas línguas. Por mais que hoje muitos povos tentam resgatar e reusar suas línguas (nas músicas, nas histórias, nas atividades educativas etc.) é um processo longo e difícil, tendo em vista a perda de estruturas gramaticais; a falta de documentação ou codificação de forma escrita; o desprestígio no uso de línguas minoritárias; entre outros aspectos linguísticas, culturais, sociais e políticas.

Acreditamos que a falta de um planejamento linguístico eficaz compromete a efetividade dessas políticas, ou seja, é necessário que haja um planejamento linguístico para fortalecer e ressignificar as características socioculturais de um povo e que seja construído em parceria com o governo federal, estadual, municipal, lideranças, professores/as e alunos/as indígenas, para garantir a efetivação de tais políticas. O levantamento de etnias e línguas apresentado pelo IBGE (2023) é de grande importância para o planejamento de políticas futuras. Nos últimos anos o povo Tremembé da Barra do Mundaú constrói estratégias e ações que influenciam e revitalizam o uso de uma língua, e esta política é fundamental para que uma cultura indígena continue a florescer em um contexto contemporâneo e é um processo de fortalecimento da identidade do povo que por meio de sua coletividade constrói e reconstrói sua história, inclusive linguística.

Nesse sentido, se faz necessário, para além desse, estudos mais aprofundados das línguas indígenas do estado do Ceará, principalmente o papel das políticas linguísticas no resgate e revitalizar essa parte integrante da identidade dos povos

CC BY

indígenas. É fundamental para além do povo Tremembé, avanços de políticas que criem programas educacionais bilíngues nas escolas indígenas do Ceará, por meio de formações específicas de professores indígenas, além de materiais didáticos que abordem as histórias dos povos do estado em contexto das línguas nativas. Essas implementações que consiste na diversidade linguística, não só contribui para uma educação mais justa, mas também para a construção de uma sociedade mais plural e democrática. Essas iniciativas estão no horizonte do possível.

Submetido em novembro 2025

Avaliado em novembro 2025

Publicado em dezembro 2025

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Aparecida. Políticas Linguísticas para os povos indígenas no Brasil. UFPB, Paraíba, 2014.

ALMEIDA, Severina Alves de. Bilinguismo e Educação Bilíngue Intercultural: os Apinayé e o uso das línguas Apinayé e portuguesa nos seus domínios sociais. In: Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN. Curitiba, 2011.

BITTENCOURT, A. M. S. et al. Análise da atuação da escola Ita- Ára como política pública governamental de desenvolvimento e incentivo cultural. In: GOMES, A. O. et al. (org). Territorialidade, ancestralidade, trajetória e resistência. Ceará 2022. p. 77-88.

BRASIL. **Censo Demográfico 2022**: indígenas, primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Versão online. Disponível: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988 . Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991.** Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 fev. 1991. Seção 1, p. 2167.

BRASIL. **Lei n 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Seção 1, p. 6.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009. Seção 1, p

BRASIL. **Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010.** Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 2010. Seção 1, p. 8.

CALVET, L. J. **As políticas Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **DELTA** vol.15. São Paulo 1999.

CUNHA, Rodrigo Bastos. **Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil**. Educar, Curitiba, n. 32, p. 143-159, 2008. Editora UFPR.

CRUZ, Maria LOB. **Bourdieu e a Linguística Aplicada**. Alfa, São Paulo, v . 35, p. 79-84,1991.

FREITAS, M. G.; SANTOS, T. M.; JÚNIOR, J. C. **Glossário dos Tremembé**. Disponível em: http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/CulturaPovosIndigenas/ComunidadesIndigenas/Povo%20Trememb%C3%A9/Glossario%20dos%20Tremembe.pdf. Acesso em 11 nov2024.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo. Parábola, 2018.

NIMUENDAJU, Curt. **O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE. 1981.

e-ISSN: 2177-8183

CC BY